

O QUE NÃO É TEORIA

RESUMO

Este ensaio descreve as diferenças entre artigos que possuem alguma teoria dos que não possuem teoria. Há pouco acordo sobre o que constitui uma teoria forte *versus* uma teoria fraca nas Ciências Sociais, mas há mais consenso sobre o fato de que referências, dados, variáveis, diagramas e hipóteses não são teoria. Entretanto, a despeito de tal consenso, autores rotineiramente usam esses cinco elementos no lugar de teoria. Explicamos como cada um dos cinco elementos pode ser confundido com teoria e como evitar tal confusão. Ao tornar explícito esse consenso, esperamos ajudar os autores a esquivarem-se de alguns dos mais comuns, e facilmente evitáveis, problemas que levam os leitores a considerar artigos como possuindo uma teoria inadequada. Discutimos então como os periódicos científicos poderiam facilitar a publicação de teorias mais fortes. Sugerimos que, se o campo está preocupado com a produção de teorias fortes, as revistas científicas precisam reconsiderar suas exigências empíricas. Defendemos que esses periódicos deveriam ser mais receptivos aos artigos que testam parte de uma teoria, e não a teoria toda, e ao uso de dados ilustrativos em vez de dados definitivos.

Robert I. Sutton

Stanford University

Barry M. Staw

University of California, Berkeley

ABSTRACT *This essay describes differences between papers that contain some theory rather than no theory. There is little agreement about what constitutes strong versus weak theory in social sciences, but there is more consensus that references, data, variables, diagrams, and hypotheses are not theory. Despite this consensus, however, authors routinely use these five elements in lieu of theory. We explain how each of these five elements can be confused with theory and how to avoid such confusion. By making this consensus explicit, we hope to help authors avoid some of the most common and easily averted problems that lead readers to view papers as having inadequate theory. We then discuss how journals might facilitate the publication of stronger theory. We suggest that if the field is serious about producing stronger theory, journals need to reconsider their empirical requirements. We argue that journals ought to be more receptive to papers that test part rather than all of a theory and use illustrative rather than definitive data.*

PALAVRAS-CHAVE Teoria, ciências sociais, referências, dados, variáveis.

KEY WORDS *Theory, social sciences, references, data, variables.*

INTRODUÇÃO

Autores, pareceristas, leitores e editores que definem o que é publicado no *Administrative Science Quarterly* – ASQ – insistem, talvez acima de qualquer outra coisa, para que os artigos contenham uma forte Teoria Organizacional. A “Nota aos Colaboradores” do ASQ enuncia: “Se os trabalhos não contêm teoria, seu valor é suspeito”. Uma razão primária, às vezes “a” razão primária, para pareceristas e editores decidirem não publicar um texto submetido é a de que ele possui uma teoria inadequada. O presente ensaio, que se baseia em nossas experiências editoriais no ASQ e na *Research in Organizational Behavior* – ROB –, identifica algumas razões comuns pelas quais os artigos são considerados teoricamente fracos.

Autores que desejam escrever uma teoria forte deveriam começar lendo a diversa literatura que busca definir teoria e distinguir aquela que é fraca daquela que é forte. A *Academy of Management Review* publicou um fórum sobre a construção teórica em outubro de 1989. Neste fórum podem ser encontradas descrições detalhadas do que é teoria e distinções entre teoria fraca e teoria forte nas Ciências Sociais –, por exemplo, na análise da construção teórica em áreas aplicadas, feita por Dubin (1976), no exame da teorização formal feita por Freese (1980), nos escritos de Merton (1967) sobre a sociologia teórica, e nas idéias de Weick (1989) sobre a construção teórica como imaginação disciplinada.

Infelizmente, a literatura sobre construção teórica pode deixar o leitor mais confuso ainda sobre como escrever um artigo que contenha uma teoria forte (Freese, 1980). Há uma falta de consenso sobre o fato de um modelo e uma teoria poderem ser distinguidos, de uma tipologia ser apropriadamente chamada de teoria ou não, de a força de uma teoria depender de quão interessante ela é, e de sua falsificabilidade ser um pré-requisito para a própria existência de uma teoria. Como destaca Merton (1967, p. 39): “Do mesmo modo que as palavras faladas sem critério, a palavra teoria ameaça se tornar sem sentido. Pelo fato de seus referentes serem tão diversos – incluindo tudo, desde hipóteses de trabalho menores, passando por especulações compreensivas, porém vagas e desordenadas, até sistemas axiomáticos de pensamento – o uso da palavra freqüentemente obscurece – em vez de gerar – a compreensão”.

A falta de consenso sobre o que é exatamente teoria explica por que é tão difícil desenvolver uma teoria forte nas ciências do comportamento. Pareceristas, editores e outras audiências podem sustentar crenças inconsistentes sobre o que constitui teoria e o que constitui

uma teoria forte *versus* uma teoria fraca. Espera-se que os teóricos organizacionais se deparem com outros obstáculos devido ao baixo consenso sobre quais perspectivas teóricas – e os jargões a elas associados – são mais adequadas para descrever as organizações e seus membros (Pfeffer, 1993). Mesmo quando um artigo possui uma teoria bem articulada que se ajusta aos dados, os editores ou pareceristas podem rejeitá-lo ou insistir que a teoria seja substituída simplesmente porque ela bate de frente com seus gostos conceituais particulares. Finalmente, o processo de construção teórica é, por sua vez, repleto de contradições e conflitos internos. Os acadêmicos organizacionais, como aqueles nos outros campos das ciências sociais, são forçados a fazer *tradeoffs* entre generalidade, simplicidade e acurácia (Weick, 1979) e desafiados a escrever argumentos logicamente consistentes e integrados. Essas dificuldades podem ajudar a explicar por que as revistas científicas de pesquisas organizacionais possuem taxas tão altas de rejeição. Escrever uma teoria forte consome tempo e implica um elevado ensaio-e-erro, mesmo para os acadêmicos mais habilidosos. Esse também é o motivo pelo qual há uma grande estima por aquelas poucas pessoas, como James March, Jeffrey Pfeffer e Karl Weick, que são capazes de fazer isso de maneira consistente.

Não temos idéias mágicas sobre como construir uma teoria organizacional importante. Não apresentaremos um conjunto de algoritmos ou passos lógicos para se construir teorias fortes. O propósito deste ensaio é mais modesto. Explicamos por que alguns artigos, ou partes de artigos, são vistos como não possuidores de absolutamente nenhuma teoria, em vez de possuidores de alguma teoria. Embora haja conflito sobre o que é uma teoria e sobre o que ela deveria ser, há mais consenso sobre o que *não* é uma teoria. Consideramos cinco características de um artigo acadêmico que, apesar de importantes em si mesmas, não constituem teoria. Pareceristas e editores parecem concordar, embora implicitamente, que essas cinco características não deveriam ser interpretadas como parte do argumento teórico. Ao tornar tal consenso explícito, esperamos ajudar os autores a evitarem algumas das mais freqüentes razões pelas quais seus textos são considerados teoricamente inadequados.

PARTES DE UM ARTIGO QUE NÃO SÃO TEORIA

Referências não são teoria

Referências a teorias desenvolvidas em trabalhos prévios ajudam a montar o cenário para novos argumentos

conceituais. Os autores precisam reconhecer o veio lógico sobre o qual estão se baseando e para o qual estão contribuindo. No entanto, listar referências a teorias existentes e mencionar os nomes de tais teorias não é o mesmo que explicar a lógica causal que possuem. Para ilustrar, esta sentença do artigo de Sutton (1991, p. 262) sobre cobradores possui três referências, mas nenhuma teoria: “Esse padrão é consistente com as descobertas de que a agressão provoca a resposta de ‘luta’ (Frijda, 1986) e que a raiva é uma emoção contagiosa (Schacter e Singer, 1962; Baron, 1977)”. A sentença lista publicações que possuem argumentos conceituais, e algumas descobertas. Entretanto, não é teoria, pois nenhuma lógica é apresentada para explicar por que a agressão provoca “luta” ou por que a raiva é contagiosa.

Pedidos para “mais teoria”, feitos pelos pareceristas e editores, são freqüentemente atendidos com uma enxurrada de citações. Em vez de apresentar argumentos mais detalhados e convincentes, autores listam nomes de teorias dominantes ou de escolas de pensamento, sem fornecer sequer uma explicação de por que a teoria ou abordagem leva a uma questão teórica nova ou não respondida. Um texto editado por Robert Sutton possuía dados fortes, mas todos os três pareceristas enfatizaram que possuía uma “teoria fraca” e “hipóteses pobremente motivadas”. O autor respondeu a essas observações escrevendo uma nova introdução que adicionava citações de muitos artigos contendo teorias e muitos termos como “teoria psicossocial”, “teoria da identidade” e “teoria da comparação social”. No entanto, seu artigo ainda não continha uma discussão acerca do que eram tais teorias e nenhuma discussão dos argumentos lógicos sobre o porquê dessas teorias terem conduzido as predições do autor. O resultado foi que seu artigo possuía quase nenhuma teoria, a despeito da declaração do autor de que muito tinha sido acrescentado.

Referências são às vezes usadas como uma cortina de fumaça para encobrir a ausência de teoria. Podemos pensar em exemplos nos quais usamos uma série de referências para encobrir o fato de que realmente não tínhamos entendido o fenômeno em questão. Esse ofuscamento pode, infelizmente, ser bem-sucedido quando as referências são feitas em relação a trabalhos amplamente conhecidos e citados, como os de Kanter (1977), Katz e Kahn (1978), March e Simon (1958), Thompson (1967) e Williamson (1975). Mark Twain definiu um “clássico” como “um livro que as pessoas admiram mas não lêem”. Artigos para revistas de pesquisa organizacional incluem tipicamente um conjunto desse tipo de referências clássicas. Essas citações podem

mostrar que o autor é um membro qualificado da área, mas elas não demonstram que um caso teórico tenha sido construído.

Os autores precisam explicar quais conceitos e argumentos causais são adotados a partir das fontes citadas, e como eles são vinculados à teoria que está sendo desenvolvida ou testada. Essa sugestão não significa que um artigo precise analisar todas as nuances de cada teoria citada. Antes, significa que deveria ser incluída uma quantidade suficiente da lógica pertinente de trabalhos teóricos passados a fim de que o leitor consiga apreender os argumentos lógicos do autor. Por exemplo, Weick (1993, p. 644) reconheceu sua dívida conceitual com o trabalho de Perrow e apresentou os aspectos de que precisava para manter um fluxo lógico nesta sentença extraída de seu artigo sobre o colapso da construção do sentido: “Já que há muito pouca comunicação dentro da tripulação, e já que ela atua amplamente por meio de controles intrusivos, como regras e vigilância (Perrow, 1986), ela age mais como um grande grupo formal com uma comunicação mediada do que como um pequeno grupo informal com uma comunicação direta”. Observemos que não há necessidade de o leitor conhecer ou ler o trabalho de Perrow a fim de acompanhar a lógica na sentença.

Dados não são teoria

A maior parte da teoria organizacional é baseada em dados. A evidência empírica desempenha um papel importante na confirmação, reconsideração ou no descrédito das teorias correntes e na orientação para o desenvolvimento de novas teorias. No entanto, padrões observados, tais como *beta weights*, cargas fatoriais ou enunciados consistentes fornecidos por informantes, raramente constituem explicações causais. Kaplan (1964) afirmou que a teoria e os dados desempenham, cada um deles, um papel diferente na pesquisa na ciência do comportamento: os dados descrevem *quais* padrões empíricos foram observados, e a teoria explica *por que* os padrões empíricos foram observados ou se esperaria que fossem observados.

A distinção entre a quantidade e o tipo de evidência que dá sustentação a uma teoria e a própria teoria pode ser óbvia para a maioria dos leitores. Entretanto, nos artigos que analisamos e editamos ao longo dos anos essa é uma fonte comum de confusão. Vemos tal confusão em artigos de autores experientes e inexperientes. Podemos vê-la também em nossos próprios artigos. Autores tentam desenvolver uma base teórica para descrever achados empíricos a partir de pesquisas passadas e

então rapidamente partem dessa base para uma discussão dos resultados em questão. O uso de uma série de achados, e não de uma mescla de achados e de raciocínio lógico, para justificar hipóteses é especialmente comum. Os resultados empíricos podem certamente fornecer um suporte válido para a teoria. No entanto, eles não deveriam ser interpretados como teoria por si próprios. Achados prévios não podem, por si mesmos, motivar hipóteses, e o relato dos resultados não pode substituir o raciocínio causal.

Em um dos primeiros artigos de Sutton (Carillon e Sutton, 1982, p. 172-3), o seguinte parágrafo tentava motivar cinco hipóteses sobre o relacionamento entre a eficiência dos sindicatos e o bem-estar de seus membros: “Evidência empírica recente sugere que o processo de barganha coletiva (Kochan, Lipsky e Deyer, 1974; Peterson, 1972), o contrato entre sindicatos e empresas (Davis e Sullivan, 1980) e as relações entre sindicato e empresas (Koch e Fox, 1978) têm importantes consequências para a qualidade de vida no trabalho dos sindicalizados. Além disso, Hammer (1978) investigou a relação entre a força do sindicato e a elaboração das reações dos trabalhadores a seu trabalho. Ela descobriu que a força do sindicato – definida em termos dos rendimentos relativos dos trabalhadores – estava relacionada positivamente com a satisfação com o salário e com a percepção de segurança de emprego. Finalmente, a habilidade do sindicato em aumentar formalmente a participação dos membros nas decisões relacionadas ao trabalho foi freqüentemente citada como contribuindo para a sindicalização de professores e outros profissionais (por exemplo, Bass e Mitchell, 1976; Belasco e Alutto, 1969; Chamot, 1976)”.

Não há uma tentativa, nesse parágrafo, de explicar as razões lógicas sobre *por que* os achados particulares ocorreram no passado ou *por que* certas relações empíricas são antecipadas no futuro. Dele somente aprendemos que outros relataram certos achados, e que, portanto, padrões similares deveriam ser esperados. Esse é um exemplo de empirismo bruto, em que as hipóteses são motivadas por dados prévios e não pela teoria.

Embora nossos exemplos estejam focados no uso de dados quantitativos passados para motivar teoria e hipóteses, artigos qualitativos não são imunes aos mesmos problemas. Citações de entrevistados ou observações detalhadas podem chegar tão perto das forças causais subjacentes do que, digamos, os escores médios de satisfação no trabalho ou o tamanho organizacional, mas a evidência qualitativa, por sua vez, não pode expressar argumentos causais que sejam abstratos e simples o su-

ficiente para serem aplicados a outros contextos. Da mesma forma que teóricos que usam dados quantitativos, aqueles que usam dados qualitativos devem desenvolver argumentos causais para explicar por que achados repetitivos têm sido observados, no caso de desejarem escrever artigos que contenham teoria (Glaser e Strauss, 1967).

Ao comparar as equipes autogerenciadas com as equipes tradicionais com chefes, Barker (1993, p. 408) citou um entrevistado: “Agora, a equipe inteira fica em volta de mim e a equipe inteira fica observando o que estou fazendo”. Essa citação não possui uma lógica causal e não é abstrata o suficiente para ser generalizada para outros contextos. No entanto, esses dados ajudaram a orientar e sustentar a inferência de Barker, segundo a qual as equipes autogerenciadas restringem os membros de modo bastante forte, pois cada membro da equipe possui uma autoridade legítima sobre todos os outros, e porque a vigilância de diversos co-trabalhadores é mais difícil de ser evitada do que a de um único chefe. Assim, embora os dados qualitativos tenham inspirado as inferências de Barker, eles são distintos de sua análise teórica. Mintzberg (1979, p. 584) sintetizou essa distinção de modo bem sucinto: “Os dados não produzem teoria – somente os pesquisadores fazem isso”.

Listas de variáveis ou construtos não são teoria

As páginas de 249 a 253 de *Organizations*, de March e Simon (1958), apresentam um índice numérico para 206 variáveis discutidas no clássico livro. Essa lista de variáveis e as definições que March e Simon apresentam para elas são parte importante de sua teoria, mas não constitui, sozinha, teoria. Uma teoria deve também explicar por que as variáveis ou os construtos ocorrem ou por que eles estão conectados. Weick (1989, p. 517) citou Homan para elaborar essa questão: “De particular interesse é a irritação de Homan com os teóricos que equiparam teoria com definições conceituais; ele enunciou que ‘a maior parte da teoria sociológica oficial consiste, na verdade, de conceitos e suas definições; ela fornece um dicionário de uma linguagem que não possui sentenças’”.

Artigos submetidos a revistas organizacionais freqüentemente são escritos como se variáveis ou construtos bem definidos fossem capazes, por si mesmos, de construir teoria. Às vezes, a lista de variáveis representa uma tentativa lógica de cobrir todos os determinantes de um dado resultado ou processo, ou a maioria deles. Tais listas podem ser úteis catálogos de variáveis que podem ser computados como preditores ou controles em equações de regressão múltipla ou nos modelos Lisrel – Li-

near Structural Relations –, mas elas não constituem teoria. Listar as características demográficas de pessoas associadas com um dado comportamento não é teoria. Dividir o mundo em personalidades e determinantes situacionais não constitui, por si só, uma teoria do comportamento. Tampouco desenvolver um esquema categorial para cobrir os determinantes de uma variável dependente, tal como uma progressão (Staw e Ross, 1987), constitui uma explicação dessa variável.

Na medida em que é um campo que se baseia empiricamente, a pesquisa organizacional é freqüentemente seduzida pelos testes que apresentam a força relativa de um conjunto de variáveis contra outras que se relacionam a resultados particulares. Somos atraídos por procedimentos que demonstrem a mais importante influência sobre as variáveis dependentes, como se a competição apresentasse quem é o ganhador. Testes comparativos de variáveis não deveriam ser confundidos com testes comparativos de teorias, pois um relacionamento preditivo deve ser explicado para que proporcione teoria. A simples listagem de um conjunto de antecedentes – ou mesmo uma ordenação causal de variáveis como nos modelos Lisrel – não constrói um argumento teórico. A questão-chave é *por que* se espera que um conjunto particular de variáveis seja um forte preditor.

Diagramas não são teoria

Diagramas ou figuras podem ser uma parte valiosa de um artigo de pesquisa, mas, por si mesmos, raramente constituem teoria. É provável que as representações menos teóricas sejam aquelas que simplesmente listam categorias de variáveis, tais como “personalidade”, “determinantes ambientais” ou “demográficos”. São de maior utilidade as figuras que apresentam relações causais em uma ordenação lógica, de modo que os leitores possam ver uma cadeia de causação ou como uma variável não controlada intervém sobre uma relação, ou a modera. Igualmente úteis são os diagramas temporais que apresentam o modo como um processo particular se desdobra ao longo do tempo. Ocasionalmente, os diagramas podem ser uma ajuda útil na construção de teoria. Para os pesquisadores que não são bons escritores, um conjunto de diagramas pode fornecer uma estrutura para argumentos que, de outra forma, seriam desconexos ou amorfos. Para aqueles pesquisadores que são escritores talentosos, possuir um modelo concreto pode evitar o obscurecimento de argumentos capciosos ou inconsistentes.

A despeito de seus méritos, diagramas e figuras deveriam ser considerados como apoios de palco e não como a própria representação. Como Whetten (1989) sugere,

enquanto quadros e esquemas podem acrescentar ordem a um conceito ao delinear explicitamente padrões e conexões causais, raramente explicam *por que* as conexões propostas serão observadas. Alguma explicação verbal é quase sempre necessária. A lógica que está por detrás das relações representadas precisa ser claramente explicada. Um texto sobre as razões pelas quais um fenômeno ocorre, ou pelas quais ele se desdobra de uma maneira particular, é difícil de ser substituído pelas referências a um diagrama. Um argumento claramente redigido deveria também excluir a necessidade das figuras mais complicadas que vemos em artigos – que mais se parecem com diagramas de circuitos elétricos do que com uma teoria compreensível.

Uma boa teoria é, freqüentemente, representacional e verbal. Os argumentos são claros o bastante para serem representados em uma forma gráfica. Porém, os argumentos são também bastante ricos, de tal modo que o processo tem de ser descrito com sentenças e parágrafos a fim de cobrir as nuances lógicas que estão por detrás do esquema causal. Uma indicação de que uma teoria forte tenha sido proposta é quando se torna possível discernir sobre as condições nas quais as maiores proposições ou hipóteses são mais ou menos prováveis de serem sustentadas. Pfeffer e Salancik (1978), por exemplo, argumentaram que o poder é um poderoso preditor das alocações de recursos nas condições de incerteza. House (1988), da mesma forma, defendeu que indivíduos com altas necessidades de poder têm maior probabilidade de ganhar o controle quando as organizações estão em um estado de fluxo. O raciocínio por detrás dessas predições, e mesmo sua direção, não se torna evidente simplesmente apresentando a existência de variáveis moderadoras em um diagrama causal. Explicações causais fazem-se necessárias.

Hipóteses (ou predições) não são teoria

Hipóteses podem ser uma parte importante de um argumento conceitual bem delineado. Elas servem como pontos cruciais entre teoria e dados, tornando explícito como as variáveis e as relações que se seguem de um argumento lógico serão operacionalizadas. Mas, como Dubin (1976, p. 26) observou, “um modelo teórico não é simplesmente um enunciado de hipóteses”. Hipóteses não contêm – e não devem conter – argumentos lógicos sobre por que se espera que os relacionamentos empíricos ocorram. Hipóteses são enunciados concisos sobre *o que* se espera que ocorra, não *por que* se espera que ocorra.

Não podemos encontrar uma única origem que afirme que hipóteses, ou outras predições específicas, cons-

tituem, sozinhas, teoria. Como coloca Kaplan (1964, p. 350), “uma explicação depende de uma generalização nomológica ou teórica, ou de um padrão inteligível, mas uma predição não necessita ter essa base. [...] Podemos dar uma razão para se fazer alguma predição específica e não outra, mas não somos capazes de dar outra razão que não os sucessos passados para esperar que a razão se mostre verdadeira”. Homans (1964), Merton (1967) e Weick (1989) representam apenas uma pequena parcela de autores que tornam claro que as predições apresentadas sem uma lógica causal subjacente não constituem teoria.

Embora possa parecer óbvio que uma lista de hipóteses não pode substituir um conjunto de explicações lógicas, é exatamente isso que é feito em muitos artigos. Identificamos dois importantes sinais que caracterizam um artigo que apresenta hipóteses no lugar de teoria. Primeiro, é possível haver tantas hipóteses que nenhuma pode ser adequadamente explicada ou motivada. Uma segunda dica é quando a introdução de um artigo termina com uma longa lista de hipóteses, uma tabela de predições, ou uma figura-sumário. Com frequência, tais listas, tabelas ou figuras são apenas tenuamente ligadas às explicações causais dispersas por toda a introdução, ou simplesmente pode inexistir qualquer ligação. Em um exemplo extremo, embora não incomum, Tetrick e LaRocco (1987) testaram 21 hipóteses sobre estresse no trabalho sem apresentar a lógica causal para qualquer uma dessas predições. As 21 hipóteses foram retratadas em uma figura e não foram discutidas, ou mesmo listadas, em nenhum dos cinco parágrafos que compunham a introdução. Para obter essa lógica conceitual, os leitores eram referenciados a outra fonte.

Às vezes, os autores usam uma extensa lista de hipóteses para “distribuir o risco” da pesquisa empírica. Uma grande quantidade de tempo e esforço é investida em projetos de pesquisa em que autores naturalmente desejam apresentar alguma coisa para seu trabalho. Eles podem usar uma estratégia de “dar tiro para todo lado” em relação ao teste teórico, colocando uma ampla série de hipóteses e testes empíricos. Ao mesmo tempo em que isso pode aumentar seu registro de publicações, não há a elaboração de uma boa teoria. Uma teoria forte origina-se de um único ou pequeno conjunto de idéias de pesquisa. Alguns exemplos famosos foram as afirmações de que as pessoas são motivadas a resolver inconsistências (Festinger, 1957), de que os sistemas sociais estão sujeitos a forças evolutivas (Campbell, 1969; Hannan e Freeman, 1989) e de que pode haver “acidentes normais” (Perrow, 1984). Essas afirmações eram

simples, embora suas implicações tenham sido amplas. A partir desses argumentos teóricos simples surgiu um conjunto de proposições e hipóteses inter-relacionadas que explicava as implicações lógicas e empíricas de cada teoria. Desse modo, artigos com uma teoria forte frequentemente começam com um ou dois enunciados conceituais e constroem um caso logicamente detalhado; eles possuem, ao mesmo tempo, simplicidade e interconectividade.

IDENTIFICANDO UMA TEORIA FORTE

Embora tenhamos observado que é mais fácil identificar as características de textos que não possuem teoria do que especificar o que é exatamente uma boa teoria, nossos próprios preconceitos sobre a questão já se tornaram evidentes. Concordamos com acadêmicos como Kaplan (1964) e Merton (1967), que afirmam que a teoria é a resposta às indagações do *por quê*. A teoria diz respeito às conexões entre fenômenos, uma história sobre por que atos, eventos, estrutura e pensamentos ocorrem. A teoria enfatiza a natureza das relações causais, identificando o que vem primeiro e o ritmo desses eventos. Uma teoria forte, em nossa opinião, mergulha nos processos subjacentes a fim de compreender as razões sistemáticas de uma ocorrência ou não-ocorrência particular. Investiga profundamente os micro-processos, lateralmente os conceitos adjacentes, ou, em uma direção ascendente, vincula-se aos fenômenos sociais mais amplos. Está normalmente amarrada a um conjunto de argumentos convincentes e logicamente interconectados. Pode ter implicações que não temos visto a olho nu – ou com nossos olhos desassistidos teoricamente. Pode ter implicações que vão contra nosso senso comum. Como coloca sucintamente Weick (1995), uma boa teoria explica, prevê e dá prazer.

Do mesmo modo que outras descrições de uma teoria forte, o parágrafo anterior pode ser lido mais como uma lista de desejos do que como um conjunto de expectativas realistas. Talvez seja por isso que os apelos por teorias melhores caíam bem aos ouvidos e não às mãos. Todos concordam que nossas teorias deveriam ser mais fortes, contanto que isso não exija que façamos qualquer coisa diferente. Essa é a principal razão pela qual decidimos escrever alguma coisa sobre o que não é uma teoria. Talvez a construção de nossos cinco sinais sobre o “caminho errado” ajude a mudar o comportamento de uma forma mais eloqüente do que qualquer mapa rodoviário.

O ARGUMENTO CONTRA A TEORIA

Até aqui temos partido do pressuposto de que teoria é algo bom. Assumimos que uma seção teórica mais forte ajudará um artigo a ter um impacto maior sobre a literatura e informar mais plenamente o leitor. Também admitimos que a maioria dos pesquisadores se esforçaria para escrever melhores teorias se eles tivessem mais conhecimento sobre como fazer isso ou mais tempo e energia para dedicar a seus escritos. No entanto, essas pressuposições podem não ser universalmente partilhadas.

Alguns pesquisadores proeminentes ofereceram argumentos contra a teoria. John Van Maanen (1989), por exemplo, destacou que o campo precisa primeiro descrever narrativas sobre a vida organizacional, presumivelmente baseado em um trabalho etnográfico intenso. Ele pediu uma moratória de dez anos para os artigos teóricos – e metodológicos. O feliz resultado de tal moratória, sugeriu Van Maanen, seria uma interrupção temporária da proliferação de escritos e teorias medíocres, uma audiência mais ampla – atraída por melhores escritos – e melhores teorias. Depois que a moratória tivesse terminado, tanto os modelos velhos quanto os novos seriam fundamentados em um bem delineado conjunto de narrativas organizacionais. O argumento de Van Maanen é uma reminiscência da lógica contida em *Zen in the Art of Archery* (Herrigel, 1989). Se deixarmos de visar ao alvo por um tempo, e desenvolvermos primeiro um conhecimento mais fundamental, nosso trabalho de acertar em cheio no alvo será melhor quando finalmente voltarmos nossa atenção para ele.

Argumentos mais diretos contra a teoria podem também ser obtidos daqueles que confiam nos métodos quantitativos. Alguns pesquisadores da avaliação, tais como Thomas Cook, observaram que é mais importante isolar alguns esforços bem-sucedidos de mudança – aqueles que demonstrem resultados positivos consistentes – do que compreender as nuances causais por detrás de qualquer resultado particular. Da mesma forma, muitos advogados da meta-análise encaram a missão da ciência social como sendo a de uma acumulação de achados empíricos, e não como um ir e vir de paradigmas teóricos (Kuhn, 1970). Eles tendem a ver as publicações de pesquisa como tendo valor simplesmente pelo fato de servirem como dispositivos de armazenagem para correlações obtidas, não pelo fato de elaborarem um conjunto de idéias teóricas.

Uma série de publicações de pesquisas organizacionais evoluiu para servir a essas discrepantes perspectivas sobre os méritos da teoria. Na ponta mais empírica

do espectro estão revistas como o *Journal of Applied Psychology* e a *Personnel Psychology*. Esses divulgadores tipicamente apresentam breves revisões da literatura, junto a uma listagem simples de hipóteses. A linha de frente dos artigos de tais revistas é caracteristicamente pequena; as hipóteses são frequentemente réplicas ou derivações de trabalhos prévios. Atenção maior é dada à descrição dos métodos, às variáveis, às técnicas de análise de dados e aos achados. De acordo com isso, a razão comum para se rejeitar um texto nesses divulgadores é a de que os dados não satisfaziam adequadamente as hipóteses ou havia um defeito fatal no *design* do estudo. A originalidade das hipóteses e a força dos argumentos teóricos representam uma probabilidade menor de aceitação ou rejeição.

Um divulgador como a *Research in Organizational Behavior* está no outro extremo. Os editores da *ROB* consideram o desenvolvimento teórico sua contribuição primária. Se dados são apresentados, eles são usados para ilustrar, e não para testar, uma teoria (por exemplo, Meyer e Gupta, 1994). A filosofia da *ROB* não é antagônica à reunião de dados e análise; ela simplesmente relega o papel da pesquisa empírica para revistas de distribuição mais tradicionais.

Na tentativa de abranger o espaço entre o teste de teoria e a construção de teoria estão revistas como *ASQ*, *Academy of Management Journal* e *Organization Science*. Na comunidade de pesquisa organizacional, o *ASQ* mantém-se talvez como o mais preocupado com questões teóricas, com o objetivo de que os artigos empíricos deveriam também fazer uma contribuição conceitual. Esse papel de ponte é difícil de ser realizado, já que há inevitáveis *trade offs* entre teoria e pesquisa empírica. Por um lado, o *ASQ* exige que os autores se envolvam em atos criativos e imaginativos. Por outro lado, espera que esses mesmos autores sejam precisos, sistemáticos e que sigam os procedimentos aceitos para as análises quantitativas e qualitativas. Essas exigências contraditórias somente podem ser apreendidas por meio de frases como “imaginação disciplinada” (Weick, 1989), “descontrole consciencioso”, ou “desvio aceito”.

Infelizmente, os colaboradores de nossas revistas de pesquisa de campo raramente possuem habilidades para construir teoria e para testar teoria. A maioria dos colaboradores parece ser adepta de uma ou outra parte do ofício; ou são bons teóricos com habilidades empíricas incompletas, ou são bons empiricistas com deficientes habilidades teóricas. Northcraft e Neale (1993) observaram que tais atalhos podem às vezes ser resolvidos por meio da criação de equipes de pesquisas com habi-

lidades complementares. No entanto, suspeitamos que possa não haver bons teóricos o suficiente por aí. Os pesquisadores organizacionais são primariamente treinados nas técnicas de coleta de dados e nas últimas ferramentas analíticas, não nas nuances da construção teórica. Nossos programas de pós-graduação tendem a passar por cima da construção teórica, talvez porque não seja um processo passo a passo que possa ser ensinado, como o Lisrel ou a *event-history analysis*. Ler os maiores teóricos e escrever artigos de revisão de literatura passa freqüentemente como treinamento na construção teórica, mesmo que tais tarefas de fato não ensinem alguém a construir argumentos teóricos.

Dado o provável desequilíbrio em nosso campo entre habilidades teóricas e empíricas, o objetivo de oferecer teoria e pesquisa fortes seria uma aventura quixotesca? As revistas deveriam tomar uma decisão – ou se tornarem um lar para dados ou para teorias, mas não ambos? Até aqui, a resposta do ASQ ao dilema acima é uma “educação compensatória”. O periódico tem tentado preencher essa lacuna por meio de processos de análise, nos quais as tentativas dos autores de escrever teoria são escrutinados em detalhes por pareceristas e editores. Páginas de apontamentos críticos são encaminhadas aos autores na esperança de “educá-los”. O resultado é normalmente um autor que segue respeitosamente as idéias teóricas sugeridas, ou que se torna tão enfurecido que simplesmente manda seu artigo para outra revista. Seguindo o ciclo da revisão, um texto pode terminar com uma teoria forte, mas isso não é o mesmo que dizer que os autores realmente aprenderam a escrever uma teoria melhor. Aprender a escrever uma teoria pode ou não ocorrer, e quando ocorre, é quase sempre um subproduto acidental do sistema.

ESTAMOS PEDINDO MUITO?

Neste momento do ensaio somos forçados a perguntar se estamos sendo ingênuos. Talvez existam diferenças e preferências individuais persistentes que expliquem por que uma boa teoria é tão difícil de ser encontrada nos artigos de pesquisa organizacional. Talvez as pessoas que são dirigidas mais pelos dados do que pelas idéias sejam atraídas para se juntarem a um campo empiricamente baseado, como o do comportamento organizacional. Talvez a natureza aplicada do campo atraia tipos práticos, contrários ao *nonsense*, e não aqueles sonhadores mais excêntricos que poderiam naturalmente ser bons do ponto de vista da busca teórica. Se for esse o

caso, então a importância da educação deveria se tornar um desafio ainda mais amplo. Sem uma pressão constante para a construção de teorias, o campo certamente escorregaria para seu lugar natural de repouso na terra árida do empirismo.

O problema com a construção de teorias pode também ser estrutural. As revistas poderiam estar colocando os autores em um *double blind*. Por um lado, os editores e pareceristas pedem por idéias criativas e interessantes, para haver uma importante contribuição com a teoria organizacional. Por outro lado, os autores são acusados pela aparente má combinação entre sua teoria e os dados. Fornecer uma teoria abrangente, na qual um dado fenômeno seja situado em uma rede de influências interorganizacionais ou culturais, levará normalmente a alegações de que o autor não mensurou todas as variáveis em seu modelo.

Fornecer uma teoria profunda, na qual os mecanismos intervenientes ou os processos são explicitados em detalhes gráficos, pode, da mesma forma, levar a objeções de que somente os antecedentes e as conseqüências do modelo são mensuráveis. Pareceristas tipicamente dirão: “Se uma variável contextual ou processo interveniente é tão importante, por que ela não foi operacionalizada?”

Demandas contraditórias por uma teoria forte e por uma mensuração precisa são freqüentemente satisfeitas apenas por meio de um escrito hipócrita. A teoria é manufaturada em torno de dados. O autor é cuidadoso para evitar mencionar quaisquer variáveis ou processos que poderiam advertir os pareceristas e editores de que alguma coisa está sendo esquecida no artigo. Os processos periféricos e intervenientes são deixados de fora da teoria a fim de que não exponham a lacuna do desenho empírico. Somos culpados por esses crimes de omissão. Temos até mesmo aconselhado nossos estudantes de pós-graduação a manterem porções de suas teorias que não são bem mensuráveis e a excluírem outros dados interessantes que não se relacionariam diretamente com seus argumentos teóricos. O resultado de tais omissões é que a construção da escrita do trabalho se torna uma arte de ajustar conceitos e argumentos em torno do que tem sido mensurado e descoberto. Se amplamente partilhadas, como suspeitamos que sejam, essas práticas significam que nossas publicações têm uma semelhança muito pequena com o que pregam os textos de metodologia, como sendo a seqüência apropriada de construção teórica, desenho, mensuração e análise.

Sendo assim, o que as revistas deveriam fazer para cuidar das dificuldades inerentes de se ter uma teoria e um método fortes em um único artigo de pesquisa? De-

veriam esses divulgadores guardar, de modo ainda mais zeloso, a seqüência científica da pesquisa de teste de hipótese, por exemplo, exigindo que uma lista de todas as variáveis mensuradas no estudo, e suas intercorrelações, seja incluída em cada escrito submetido? As revistas deveriam gastar ainda mais tempo e energia nos processos de revisão, esperando educar, e não apenas selecionar, os trabalhos dos membros do campo? Ou as revistas poderiam ser mais bem servidas para baixar sua guarda apenas um pouco?

ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

Quando textos de pesquisas são divididos nas dimensões teoria e método, é fácil ver onde reside a maior parte de nossas contribuições. Os artigos com teoria e método fracos são rotineiramente rejeitados. Seus autores são enviados de volta à estaca zero ou para outra revista. No outro extremo do espectro estão aqueles poucos artigos com uma teoria e um método fortes. São peças excepcionais que podem se tornar “clássicos instantâneos”, já que são apressadamente passados entre acadêmicos e discutidos com pontadas de inveja. Há poucas controvérsias nas células superiores e inferiores dessa matriz.

É quando nos voltamos para as células “misturadas” da matriz teoria-método que vemos conflitos de gosto e valor. Já que apenas poucos artigos são considerados fortes em teoria e método, as revistas são forçadas a fazer concessões implícitas sobre essas dimensões para preencher suas páginas. Mesmo quando as revistas podem corajosamente abraçar o objetivo da construção teórica, o processo de análise normalmente funciona de outro jeito. Na prática, é muito mais fácil um conjunto de pareceristas e editores concordarem sobre uma peça empírica cuidadosamente elaborada que possui muito pouca ou nenhuma teoria do que concordarem com um fraco teste de uma nova idéia teórica. O autor desse segundo tipo de trabalho pode esperar receber um conjunto de pareceres afirmando “embora tenham sido propostas algumas interessantes e bem motivadas hipóteses, o autor falhou em...”.

As revistas que se especializam no teste de teorias podem confortavelmente tolerar o processo de seleção de textos como este agora se apresenta. Elas podem chegar a um consenso sobre a publicação de um conjunto de artigos que seguem diretrizes metodológicas estritas para testar teorias existentes. O problema é muito maior com periódicos como o *ASQ*. Ao tentar construir teorias, bem como uma base de dados para a pesquisa organizacional,

essas revistas empurram os autores até seus limites, e além deles. Uma dificuldade-chave é que os artigos escolhidos para revisão tendem a ser aqueles com métodos aceitáveis e teoria não desenvolvida. Extrair teoria daqueles que não puderam – ou não poderiam – oferecê-la no início pode ser um processo duro e desagradável.

Nossa recomendação é para se re-equilibrar o processo de seleção entre teoria e método. A inclinação natural das pessoas é exigir mais provas para uma nova e provocativa idéia do que para uma que elas já acreditavam ser verdadeira (Nisbett e Ross, 1980). Por conseguinte, se uma teoria é particularmente interessante, os padrões usados para avaliar quão bem ela é testada ou fundamentada precisam ser afrouxados, não apertados. Precisamos reconhecer que as maiores contribuições podem ser feitas quando os dados são mais ilustrativos do que definitivos.

Também pensamos que periódicos como o *ASQ* precisam revisar suas normas sobre a ligação entre teoria e dados. Nem tudo o que é discutido na introdução de um trabalho precisa ser operacionalizado na seção de método ou demonstrado em um conjunto de equações de regressão. Se a construção teórica é um objetivo válido, então as revistas deveriam estar dispostas a publicar artigos que de fato *sejam* mais fortes em termos de teoria do que de método. Os autores deveriam ser recompensados, e não punidos, pelo desenvolvimento de argumentos conceituais fortes que fossem mais a fundo e que se estendessem mais além do que os dados podem justificar. Não estamos advogando por introduções mais longas e divagantes, dissociadas das análises empíricas. Em vez disso, acreditamos que haja espaço para discussões mais nítidas sobre os processos que estão por detrás de um fenômeno e que fundamentam as forças causais no sistema social mais amplo.

De diversas maneiras, nossas revistas já vêm impondo os padrões aqui propostos sobre a pesquisa qualitativa, entendida como oposta à pesquisa quantitativa. O bom senso que prevalece refere-se ao fato de que a pesquisa qualitativa é mais útil para a construção teórica do que para o teste teórico. Raramente os estudos qualitativos são aceitos para publicação quando simplesmente fornecem dados que validam uma teoria existente. As descrições etnográficas, quando não representam também uma fonte de novos conceitos ou idéias, raramente são publicadas. É ainda mais difícil publicar estudos qualitativos que fornecem análises pormenorizadas de um fenômeno específico se os pareceristas não puderem ser convencidos de que tal conhecimento é aplicável a processos sociais mais gerais.

Talvez os padrões usados para julgar artigos qualitativos tenham a desvantagem oposta daqueles usados para artigos quantitativos, com a teoria sendo extremamente enfatizada, ao passo que os dados não o são suficientemente. Autores de estudos qualitativos são frequentemente interrogados para abandonar a maior parte da descrição das características e eventos, a fim de deixar espaço para um maior desenvolvimento teórico. A descrição que daí resulta pode consistir em algo não muito maior do que uma pequena seqüência de vinhetas ou uma tabela que faz um sumário das citações, ilustrando aqueles conceitos ou hipóteses formulados em um artigo. Essa limitação pode esvaziar o valor de um trabalho. A perda pode ser a rica descrição que Van Maanen (1989) disse ser necessária para os pesquisadores construírem fortes teorias ao longo do tempo. A perda também pode ser a oportunidade para se construir uma teoria cumulativa a partir de eventos pequenos, mas compreensíveis. Weick (1992, p. 177) observou que a maior parte de seu próprio trabalho constitui “conhecimento por anexação”, que “ocorre quando uma explicação relativamente plena de uma pequena região é transportada para uma explicação de uma região adjacente”. Devemos ser tão cuidadosos para não sobrecarregar os critérios teóricos para os artigos qualitativos como para não subestimar as contribuições teóricas da pesquisa quantitativa.

CONCLUSÃO

Começamos este ensaio com a queixa geral de que muitos escritos que analisamos enquanto pareceristas e editores são desprovidos de teoria. Em nossa experiência, os autores parecem se enganar ao pensar que cinco características de um artigo de pesquisa podem ser teoria quando, na verdade, não são. Assim, colocamos e explicamos os cinco sinais sobre o “caminho errado” para os autores. Esperamos que essas diretrizes ajudem os autores a evitarem escrever trabalhos que contenham pouca ou nenhuma teoria. No entanto, não somos tão ingênuos a ponto de pensar que esses poucos sinalizadores irão criar uma arrancada de nova teoria na pesquisa organizacional. O problema é mais complexo, e as soluções, mais complicadas. Exploramos diversas razões estruturais para o atual desequilíbrio entre teoria e método na pesquisa organizacional, observando como o problema pode ser originar do modo como fazemos funcionar as revistas científicas, bem como da natureza e da educação dos pesquisadores que constroem nosso campo. Nossas conclusões, embora às vezes obliquas e contraditórias, podem ser li-

das como uma petição por um maior equilíbrio na hora de pesar o lado teórico versus o empírico da pesquisa. Defendemos uma maior ênfase teórica na pesquisa quantitativa, acompanhada de uma maior valorização do empirismo dos esforços qualitativos.

Para encerrar, pedimos para que o leitor considere se as evidências fornecidas por pessoas como Freud, Marx ou Darwin seriam satisfeitas pelos padrões empíricos das revistas top de pesquisas organizacionais. O trabalho deles seria rejeitado diretamente, ou lhes seria dada a oportunidade para passarem por um ciclo de revisões? A simples reflexão dessa questão traz à luz o papel essencial do equilíbrio – ou tolerância – na avaliação de pesquisas. Quando as teorias são particularmente interessantes ou importantes, deveria haver uma maior liberdade em termos de apoio empírico. Um pequeno conjunto de entrevistas, um experimento de demonstração, uma pesquisa piloto e uma pequena quantidade de dados de arquivo poderiam ser tudo de que se necessita para mostrar que um processo particular *poderia* ser verdadeiro. Pesquisas futuras serão, é claro, necessárias para decidir se os enunciados teóricos resistem a um exame minucioso, ou se eles se juntarão à longa lista de teorias que apenas têm o direito de serem verdadeiras.

Texto traduzido por Pedro F. Bendassolli.

Artigo convidado. Aprovado em 10.04.03.

Notas

Somos gratos a Steve Barley, Max Bazerman, Daniel Brass, Gary Alan Fine, Linda Pike, Robert Kahn, James March, Marshall Meyer, Keith Murnighan, Christine Oliver, e David Owens por suas contribuições para este trabalho. Este artigo foi escrito enquanto o primeiro autor era um Fellow no Center for Advanced in Study in the Behavioral Sciences. Nós agradecemos à ajuda financeira fornecida pela Hewlett-Packard Corporation e pela National Science Foundation (SBR-9022192).

Copyright Cornell University, Graduate School of Business and Public Administration Sep 1995.

Texto publicado originalmente na *Administrative Science Quarterly*, v. 40, n. 3 (set 1995) p. 371-384.

Referências bibliográficas

- BARKER, J. R. Tightening the iron cage: Concertive control in self-managing teams. *Administrative Science Quarterly*, 38: 408-437. 1993.
- CAMPBELL, D. T. Variation and selective retention in socio-cultural evolution. *General Systems*, 16: 69-85. 1969.
- CARILLON, J. W.; SUTTON, R. I. The relationship between union effectiveness and the quality of teachers' worklife. *Journal of Occupational Behavior*, 3: 171-179. 1982.

- DUBIN, R. Theory building in applied areas. In Marvin D. Dunnette (ed.), *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*: 17-40. Chicago: Rand McNally. 1976.
- FESTINGER, L. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Evanston, IL: Row, Peterson. 1957.
- FREESE, L. Formal theorizing. *Annual Review of Sociology*, 6: 187-212. Palo Alto, CA: Annual Reviews. 1980.
- GLASER, B. G.; ANSELM, S. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. London: Wiedenfeld and Nicholson. 1967.
- HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. *Organizational Ecology*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1989.
- HERRIGEL, E. *Zen in the Art of Archery*. New York: Vintage Books. 1989.
- HOMANS, G. C. Contemporary theory in sociology. In R. E. L. Farris (ed.), *Handbook of Modern Sociology*: 951-977. Chicago: Rand-McNally. 1964.
- HOUSE, R. J. Power and personality in complex organizations. In: STAW, B.; CUMMINGS, L. L. (eds.), *Research in Organizational Behavior*, 10: 305-358. Greenwich, CT: JAI Press. 1988.
- KANTER, R. M. *Men and Women of the Corporation*. New York: Basic Books. 1977.
- KAPLAN, A. *The Conduct of Inquiry*. New York: Harper & Row. 1964.
- KATZ, D.; KAHN, R. *The Social Psychology of Organizations*, 2nd ed. New York: Wiley. 1978.
- KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*, 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press. 1980.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. *Organizations*. New York: Wiley. 1958.
- MERTON, R. *On Theoretical Sociology*. New York: Free Press. 1967.
- MEYER, M. W.; GUPTA, V. The performance paradox. In: STAW, B.; CUMMINGS, L. L. (eds.), *Research in Organizational Behavior*. 16: 309-336. Greenwich, CT: JAI Press. 1994.
- MINTZBERG, H. An emerging strategy of 'direct' research. *Administrative Science Quarterly*, 24: 580-589. 1979.
- NORTHCRAFT, G. B.; MARGARET, A. Negotiating successful research collaboration. In: MURNIGHAN, J. K. (ed.), *Social Psychology in Organizations: Advances in Theory and Research*: 204-224. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1993.
- NISBETT, R.; ROSS, L. *Human Inference: Strategies and Shortcomings of Social Judgment*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. 1980.
- PERROW, C. *Normal Accidents: Living with High-Risk Technologies*. New York: Basic Books. 1984.
- PFEFFER, J. Barriers to the advance of organizational science: Paradigm development as a dependent variable. *Academy of Management Review*, 18: 599-620. 1993.
- PFEFFER, J.; SALANCIK, G. *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*. New York: Harper & Row. 1978.
- STAW, B.; ROSS, J. Behavior in escalation situations: Antecedents, prototypes and solutions. In L. L. Cummings and Barry M. Staw (eds.), *Research in Organizational Behavior*, 9: 39-78. Greenwich, CT: JAI Press. 1987.
- SUTTON, R. I. Maintaining norms about expressed emotions: The case of bill collectors. *Administrative Science Quarterly*, 96: 245-268. 1991.
- TETRICK, L. E.; LAROCCO, M. Understanding, prediction, and control as moderators of the relationships between perceived stress, satisfaction, and psychological well-being. *Journal of Applied Psychology*, 72: 538-543. 1987.
- THOMPSON, J. *Organizations in Action*. New York: McGraw-Hill. 1967.
- VAN MAANEN, J. Some notes on the importance of writing in organization studies. *Harvard Business School Research Colloquium*: 27-33. Boston: Harvard Business School. 1989.
- WEICK, K. *The Social Psychology of Organizing*, 2nd ed. Reading, MA: Addison-Wesley. 1979.
- WEICK, K. Theory construction as disciplined imagination. *Academy of Management Review* 14: 516-531. 1989.
- WEICK, K. Agenda setting in organizational behavior: A theory-focused approach. *Journal of Management Inquiry*, 1: 171-182. 1992.
- WEICK, K. The collapse of sensemaking in organizations: The Mann Gulch disaster. *Administrative Science Quarterly*, 38: 628-652. 1993.
- WEICK, K. Definition of 'theory.' In: NICHOLSON, N. (ed.), *Blackwell Dictionary of Organizational Behavior*. Oxford: Blackwell (forthcoming). 1995.
- WHETTEN, D. A. What constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 14: 490-495. 1989.

Robert I. Sutton

Professor de Organizational Behavior no Department of Industrial Engineering and Engineering Management da Stanford University.

E-mail: bobsut@stanford.edu

Endereço: School of Engineering, Center for Work, Technology, and Organization. Stanford University. Stanford, CA. 94305-4024.

Barry Staw

Lorraine Tyson Mitchell Professor em Leadership e Communication.

E-mail: staw@haas.berkeley.edu

Endereço: Haas School of Business. 545 Student Services #1900. University of California at Berkeley. Berkeley, CA 94720-1900.